



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

**Luís Cláudio Villafañe  
Gomes Santos**

Ministério das Relações Exteriores,  
Brasília – DF, Brazil  
([l\\_c\\_villafane@yahoo.com](mailto:l_c_villafane@yahoo.com)).

**Copyright:**

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



## Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco: os comentários do autor

### Juca Paranhos, the Baron of Rio Branco: the author's comments

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20008>

Recebido em 9 de março de 2019

Aprovado em 20 de março de 2019

#### Resumo

No artigo são apresentados os comentários do autor sobre os artigos de resenha elaborados no contexto de *roundtable review* especial organizada a propósito do lançamento do livro “Juca Paranhos, o barão do Rio Branco” (Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p).

#### Abstract

The article presents the author's comments on review articles written in the context of a special roundtable review organized on the launch of the book “Juca Paranhos, o barão do Rio Branco” (Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p).

**Palavras-chave:** História da Política Exterior do Brasil; Barão do Rio Branco; Política Externa da Primeira República; Biografia.

**Keywords:** History of Brazilian Foreign Policy; Baron of Rio Branco; Brazilian Foreign Policy under the First Republic; Biography.

**A**ntes de mais nada, quero registrar meu agradecimento à *Meridiano 47 – Journal of Global Studies* pelo espaço concedido e pela oportunidade de ter o livro *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco* discutido por um elenco de prestigiosos e talentosos analistas da comunidade de estudos das Relações Internacionais. Agradeço também ao doutor Rogério de Souza Farias pelo empenho e entusiasmo pelo projeto e pela proposta de resenha coletiva, ainda pouco comum no Brasil, um formato que beneficia os leitores com uma variedade de visões sobre uma mesma obra e testa a pesquisa em diversas facetas. Meu reconhecimento e agradecimento vai também para os/as pesquisadore(a)s que brindaram o *Juca Paranhos*

com sua leitura crítica, e generosa, aos/às quais – até por uma questão de espaço – não responderei ponto por ponto, mas darei seguimento ao debate aberto por eles e ela em torno de diversos temas levantados no livro sobre a trajetória, ideias, decisões e políticas do biografado.

O barão do Rio Branco é um personagem incontornável nos estudos da política externa brasileira e cuja influência se estende muito além do período de sua atuação política. Rever sua obra – em bases metodologicamente renovadas – é um exercício profícuo e, eu diria, indispensável para o estudo da política externa brasileira.

Como ressaltei no prefácio do livro (pág. 14):

O momento é, certamente, propício para revistar o itinerário e a obra política de Rio Branco, pois ao contrário da época em que proliferaram as biografias sobre o patrono da diplomacia brasileira, hoje há no país uma pujante comunidade acadêmica na área de relações internacionais. Em paralelo, assiste-se a um renovado interesse pelos estudos de história das relações exteriores.

Os estudos biográficos têm características próprias. Mais que descrições das atividades do biografado, há alguma liberdade para conjecturas sobre as motivações das escolhas íntimas do personagem, com base na documentação, testemunhos e uma boa dose de especulação. As biografias servem também como “janelas” para as grandes questões das áreas de atividade do biografado no período em questão. Assim, contextualizar os fatos e propor explicações para as (in)decisões que marcaram trajetória pessoal e política de Rio Branco inevitavelmente exige do biógrafo uma reflexão sobre o cenário internacional e a política externa e interna do Brasil no longo período que vai do fim do Segundo Reinado até as décadas iniciais da República Velha. Por outro lado, a necessidade imperiosa de manter o foco da narrativa na vida do biografado (e o texto em uma extensão manejável) requer um esforço de síntese que não deixa espaço para que se enfrente as discussões de caráter mais teórico em toda sua complexidade. Remeto outra vez ao prefácio (pág. 16), onde comentei essa dificuldade:

Naturalmente, ao tratar de um período importante e relativamente longo da história brasileira e mundial, em cada um dos episódios mais relevantes da trajetória pessoal de Rio Branco, este trabalho aborda temas para os quais a historiografia reserva múltiplas interpretações e, em alguns casos, debates acirrados. Não poderia, em um trabalho biográfico – em benefício da fluidez da leitura e da estrutura da narrativa –, dar conta dessas discussões e dos distintos pontos de vista para cada caso. Adotei as interpretações que me parecem mais convincentes e mais bem articuladas e, em muitos pontos, avancei minhas próprias ideias, que em alguns casos se chocam com as explicações e narrativas geralmente aceitas. A discussão acadêmica fica reservada para os foros e publicações técnicas, com as referências e demonstrações que se façam necessárias.

Vale notar que o *Juca Paranhos* está dirigido ao público em geral. Tem como primeiro objetivo, suprir o espaço bibliográfico que existia para um estudo atualizado sobre Rio Branco que fosse ao mesmo tempo acessível e sólido, na linha do papel desempenhado pelos livros de Álvaro Lins (1945) e

Luís Viana Filho (1959), que seguem vigentes mas menos sintonizados com o estado atual dos estudos biográficos e com as exigências dos leitores e leitoras de hoje. Porém, o livro também está – vale ressaltar – dirigido ao público acadêmico. Neste caso, pelas limitações do formato biográfico antes assinaladas, do ponto de vista historiográfico, minha maior motivação foi no sentido de relançar a discussão sobre a figura de Rio Branco em novas bases e abrir ou reabrir os debates sobre pontos específicos, com enfoques e explicações renovadas em alguns temas. Assim, para o público acadêmico, o *Juca Paranhos* pretende ser – e isso já é uma meta ambiciosa! – um mero ponto de partida.

A decisão do editor de atribuir aos resenhistas temas específicos foi, portanto, especialmente feliz. De fato, procurei discutir muitos temas e sugerir novos caminhos: Rio Branco e a política interna (comentado por Rogério Farias), a relação de Rio Branco com o jornalismo e a influência da imprensa na execução da política externa (comentado por Maurício Santoro), o pensamento estratégico e o relacionamento entre a política externa e a política de defesa (comentado por Hélio Franchini Neto), a influência e atuação de Rio Branco na esfera econômica (analisado por Paulo Roberto de Almeida), as relações entre Brasil e Estados Unidos na gestão de Rio Branco (comentado por Kassius Pontes) e o posicionamento e a inserção de Rio Branco nos regimes monárquico e republicano (debatido por Gabriela Nunes Ferreira).

Há, ainda, outros temas tratados no livro que mereceriam reflexão adicional e podem gerar um proveitoso debate – desde episódios pontuais, como a crise da canhoneira *Panther*, a temas de maior alcance, como a rediscussão da importância relativa do tratado de limites com o Peru no contexto da Questão do Acre. No caso, o empenho, bem sucedido, de Rio Branco de minimizar a longa crise com o Peru em favor do Tratado de Petrópolis gerou uma interpretação que vem sendo sustentada acriticamente pelos estudiosos desde então, uma narrativa que, como demonstro no livro, merece severas qualificações.

Aliás, um dos temas recorrentes da biografia, é o esforço de Rio Branco em construir a própria imagem e moldar de acordo com seus interesses pessoais as interpretações de sua trajetória e da política externa que comandou. Esse empenho pode ser constatado já no estágio inicial de sua vida política e é muito acentuado durante a gestão no Itamaraty, mas como assinala com muita propriedade Gabriela Nunes Ferreira em sua análise:

As narrativas mais marcantes sobre o personagem Rio Branco, alimentadas pelo próprio, parecem ter se originado no contexto da difícil transição entre os dois regimes [da monarquia para a república]: a do homem dedicado à política externa, alheio às clivagens da política interna; e a do herói relutante, chamado contra sua vontade a servir ao país. Uma terceira narrativa, dessa vez não sobre o personagem mas sobre a história do Brasil e de suas relações exteriores, foi consistentemente alimentada por Rio Branco, quiçá em parte também com raízes na traumática mudança de regime: a negação da ruptura, a ênfase na continuidade entre Império e República no campo das relações exteriores.

A resenha de Rogério Farias centra-se na questão da relação entre política externa e interna, “o papel do próprio Barão na construção de sua memória como estudo de caso sua relação com a

política doméstica”. Trata-se de um tema fundamental e, até agora, mal explorado pelos comentaristas e biógrafos. Pelas razões que exponho no livro, Rio Branco foi um dos grandes promotores da ideia – falsa – de separação quase completa da política externa das lutas partidárias internas. Farias registra o esforço feito para escapar da tradicional análise sobre a vida e obra do Barão calcada na autoimagem e nas declarações de intenção (bem como nas explicações *ex post facto*) do próprio Juca Paranhos. Segundo o resenhista: “A maior contribuição de Luís Cláudio, na minha opinião, foi ter desembarcado dessa prisão analítica, no esforço mais amplo já realizado de retirar o biografado do campo da hagiografia”.

Rogério Farias, um grande conhecedor da documentação sobre Rio Branco, comenta (e coincide totalmente) que o Barão “foi um grande e habilidoso político e extremamente cuidadoso em definir, projetar e proteger sua imagem pública”, inclusive por um esforço sistemático de “apagar pegadas” e propalar versões distorcidas (ou inteiramente falsas) sobre suas motivações e ações – acrescentaria eu e creio que Rogério concorda.

Inclusive, foi com base em pesquisas realizadas por Farias que o *Juca Paranhos* deu um passo além da demonstração da imbricação entre a política externa de Rio Branco e a política doméstica, ligação que se estende aos atos da pequena política de favores pessoais. Concorda Farias que: “Em quase nenhum momento, Rio Branco teve a mão livre ou atuou sem constrangimentos”. Essas limitações iam além do que se pode considerar temas da “alta política”. Rio Branco não desfrutou de autonomia completa nem ao menos nos assuntos internos do Ministério que dirigiu por mais de nove anos e os estudos de Farias sobre as contratações e movimentações de pessoal no Itamaraty no período me foram de imensa valia, contribuição que registrei e que agradeço mais uma vez.

A análise de Rogério Farias assinala também a importância da relação com a imprensa, especialmente no âmbito da atuação interna de Rio Branco, um tema ao qual dediquei especial cuidado na biografia e que – entendo – se constitui em um de seus aspectos inovadores. Essa faceta foi tratada na sólida resenha de Maurício Santoro, que conclui seu texto da seguinte forma:

Em resumo, a trajetória de Rio Branco como homem de imprensa é um tema subestimado no estudo de sua vida, pois forneceu ao jovem Paranhos habilidades e contatos pessoais que muito o ajudaram em sua carreira diplomática, dando-lhe uma ampla visão da política e da sociedade que logrou usar de forma inovadora em seu período como chanceler. A atenção a esse período ainda pouco analisado de sua vida é um dos bons destaques da biografia escrita por Santos.

A partir da atuação de Rio Branco em diversos âmbitos da atividade jornalística, e em diferentes situações, pode-se traçar um quadro muito rico sobre a imprensa brasileira durante parte do Segundo Reinado e o início da República Velha. Ainda que já tenha publicado um texto específico sobre esse tema (Santos, 2012b), entendo que há muito material ainda por ser explorado e que a discussão está longe de estar bem definida. Estudos sobre as relações de outros próceres do período (Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Pinheiro Machado e muitos outros) com o jornalismo, por exemplo, certamente

trariam aportes importantes para o estudo das relações entre imprensa e poder no Brasil, um tema de inegável importância e sempre atual.

Dois outros temas tiveram papel central no esforço de revisão historiográfica do *Juca Paranhos* e, ambos, foram brindados com resenhas de grande qualidade: a política para os Estados Unidos, resenhada por Kassius Pontes, e as questões de defesa e segurança, resenhada por Helio Franchini Neto.

Kassius Pontes é muito feliz ao recuperar para o próprio título da resenha um conceito que não cheguei a usar no corpo do texto e reservei para uma nota explicativa: a política para os Estados Unidos como um “fracasso relativo”. Como ele assinala: “Rever interpretações cristalizadas ao longo de décadas é sempre um desafio”. Aliás, como notou Rogério Farias, minhas próprias interpretações sobre o tema evoluíram ao longo dos anos (Santos: 2010 e 2012a) até essa proposição do “fracasso relativo”. Outros autores, e eu mesmo em grande medida (Santos 2012a), já haviam apontando a criação por Rio Branco de uma narrativa sobre o passado das relações Brasil-Estados Unidos que não se sustenta nos fatos. A ideia de “fracasso relativo” vai um passo além.

A despeito dos momentos de convergência de interesses entre os dois países – geralmente apresentados acriticamente como evidência da suposta “aliança não escrita” – em nenhum momento se atendeu ao anseio de Rio Branco de uma real reciprocidade no apoio que concedia às políticas estadunidenses. O Barão fracassou por se iludir sobre a possibilidade do Brasil ser reconhecido e tratado por Washington como um aliado a ser consultado e considerado na elaboração das próprias políticas. Nunca o foi. Quando o interesse estadunidense coincidia com o brasileiro havia convergência. Em muitos casos, Rio Branco esforçou-se para ajustar as posições brasileiras aos desejos dos Estados Unidos. A recíproca não foi verdadeira. As lideranças em Washington jamais levaram em consideração os interesses brasileiros como fator que moldasse, ainda que minimamente, suas políticas. Trata-se de uma lição que segue atual.

Coincidindo com minha visão, que Pontes define como “uma nova interpretação sobre a natureza das relações entre Brasil e Estados Unidos”, o resenhista afirma que:

Dessa forma, a tese de que a política de Rio Branco foi um fracasso relativo é pertinente, ao considerar tanto a existência de convergências quanto a falta de qualquer resultado na obtenção de apoio dos Estados Unidos para que o Brasil fosse conhecido como uma “potência” ou ator de destaque no cenário global, ou mesmo que tivesse maior predominância em sua própria região (tomamos em conta aqui, a corrida armamentista com a Argentina).

Intimamente relacionada que a questão das relações com os Estados Unidos está a visão de Rio Branco sobre os temas de defesa e segurança. Também aqui, já havia um movimento para romper com a tradicional hagiografia de Rio Branco como um pacifista incondicional. Com acerto, Helio Franchini relembra o recente estudo de João Paulo Alsina, texto que aliás foi consultado na elaboração da biografia. Há outros autores que também trabalharam a renovação dessa perspectiva, entre os quais vale citar o professor Adelar Heinsfeld.

A contribuição do *Juca Paranhos* para esse debate foi generosamente avaliada pelo resenhista:

Luís Cláudio Villafañe, com seu novo estudo, oferece contribuição adicional sobre o tema. Apresenta uma visão realista e completa, a qual coloca o barão do Rio Branco real distante tanto de um pacifismo irrealista, quanto de um pensador da relação diplomacia-defesa *avant la lettre*. A consciência da relevância do aspecto militar se faz presente de fato em toda a ação de Rio Branco, mas com limites e sem uma ação efetiva de articulação em nível mais profundo. Nem militarista, nem pacifista, esse é o barão do Rio Branco que se deve buscar entender, o qual, das lentes de Luís Cláudio Villafañe aparece, antes de mais nada um mestre do *realpolitik* e grande operador da tradição pragmática da política externa nacional.

Do meu ponto de vista, a maior inovação que o *Juca Paranhos* traz sobre esse tema é a interpretação de que a visão de Rio Branco em relação à política internacional americana e sul-americana articula-se pela ideia de um “concerto americano” que refletia sua experiência com a política europeia, mas adaptada à realidade de ter os Estados Unidos como garante da não intervenção da Europa nos assuntos estritamente americanos. Essa noção não se confunde com uma suposta tentativa de “multilaterizar” a Doutrina Monroe sustentada por vários autores e tem peculiaridades que discuto com alguma profundidade na biografia.

A resenha de Paulo Roberto de Almeida centra-se em um aspecto menos explorado da gestão de Rio Branco no Itamaraty: a influência do Barão na condução da política econômica. Para desenvolver esse tema na biografia, vale dizer, aproveitei-me da amizade com o resenhista tanto em termos de bibliografia como por eventuais consultas pessoais.

A minha primeira observação é que o Itamaraty, institucionalmente, tinha pouca influência direta nos temas econômicos e financeiros, salvo situações pontuais como o caso do Barão de Penedo e as contratações de empréstimos na praça de Londres. O próprio Estado brasileiro tinha uma agenda econômica mais limitada (câmbio, dívida, tarifas e pouca coisa mais).

A questão da migração (que tinha uma vertente econômica pelo lado da oferta de mão de obra), como Paulo Roberto de Almeida assinala, passava mais pelos estados da federação, em especial São Paulo e Minas Gerais. Rio Branco chegou a chefiar, sem grande envolvimento pessoal, eu diria, o escritório parisiense da Superintendência Geral do Serviço de Emigração e nos escritos de 1889 chegou a trabalhar explicitamente a ideia do Brasil como um bom destino para emigrantes europeus; mas não vai além disso. Assim, é certo que: “A preocupação do Barão com o tema da imigração foi, no entanto, mínima” e por isso “o tema sequer é tratado especificamente na biografia de Villafañe”. Essa percepção mereceria ser testada por um estudo específico com base na documentação do Serviço de Emigração – a qual eu não tive acesso.

A atuação do Barão na questão das tarifas de importação, em especial no casos dos produtos oriundos dos Estados Unidos e da Argentina, é explorada no livro e nos dois casos Rio Branco aparenta um papel importante no processo decisório, ao menos suas declarações deixam margem para esse entendimento e a imprensa lhe atribuiu influência nesse sentido. Aqui também caberia



uma investigação mais aprofundada para testar a ideia, pois as decisões tomadas foram, para o bem ou para o mal, consistentes com os interesses dos cafeicultores e o real grau de influência de Rio Branco na conformação das tarifas de importação não pode ser aferido pela defesa que ele faz das deliberações tomadas (por quem?) na troca de correspondência com os chefes de missão em Buenos Aires e Washington ou pelas interpretações da imprensa.

Almeida concede uma nota regular para o Barão em termos de economia e de relações comerciais. Ele pondera que:

Tal pontuação não pode ser ponderada em função de uma suposta predominância naquela época de fatores políticos, ou militares, de poderio geopolítico, atribuindo ao poder econômico um menor peso na equação do poder. Um colega do Barão, na mesma conjuntura, Brazílio Itiberê da Cunha (1907), havia identificado claramente os fatores essenciais para o sucesso econômico e o progresso social de uma nação: educação popular, inclusive comercial e financeira, e sólida base econômica, a partir de ampla e ativa inserção econômica internacional.

Rio Branco, definitivamente, não perseguiu uma agenda de mudança social ou reestruturação econômica. Era um conservador no sentido estrito do termo: aceitava o mundo tal qual ele entendia que era e não se esforçava, ou considerava desejável, alterações de fundo. Recorde-se a postura, na verdade reacionária, quanto à abolição. Somado a isso, naquela sociedade dominada pelas oligarquias cafeeiras dificilmente o esforço do ministro das Relações Exteriores em prol da educação popular (por exemplo) – por mais meritório e visionário que fosse – resultaria em alterações de fundo. O espaço relativamente discreto dos temas econômicos/financeiros na atuação de Juca Paranhos explica-se por seu menor interesse e/ou talento para essa vertente, mas também pelo menor âmbito de atuação que seu cargo lhe conferia nessa área (em relação aos temas políticos) e também aos próprios estrangimentos estruturais daquela sociedade e momento histórico. Impulsar a agenda vislumbrada por Itiberê desde a condição de chanceler, ainda que ele partilhasse daquela visão (o que não era o caso), seria uma tarefa provavelmente condenada ao fracasso.

Terminaria estes comentários referindo-me a dois pontos levantados por Rogério Farias. O primeiro se refere à observação de que a ausência de notas de rodapé (optei por notas não remissivas) fragiliza o trabalho. Trata-se de uma crítica válida e pertinente. Expliquei no prefácio minha opção por notas não remissivas para dar maior fluidez ao texto, mas tive o cuidado de, nas passagens que considerei mais difíceis de serem identificadas pelos leitore(a)s especialistas (como os artigos de jornal), indicar a fonte no próprio corpo do texto. Enfim, foi uma opção: com ganhos e perdas. A boa acolhida do livro, pelo público e pela Academia, me dá a entender que foi uma escolha acertada, mas – repito – a crítica me parece pertinente e sólida.

Finalmente, eu gostaria de expressar que comparto com Farias – tem sido para mim é fonte de profunda e renovada frustração – a expectativa de que o acervo documental do Barão do Rio Branco no Arquivo Histórico do Itamaraty seja consolidado, tratado e disponibilizado na internet. Venho já há muitos anos insistindo nesse sentido – sem sucesso, infelizmente.

## Referências bibliográficas

- Almeida, Paulo Roberto de. A economia política de Rio Branco. *Meridiano 47*, 20: e20007, 2019. <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20007>;
- Alsina Junior, João Paulo. *Rio Branco, grande estratégia e poder naval*. São Paulo: Editora da FGV, 2015.
- Farias, Rogério de Souza. A esfinge reexaminada: o Barão do Rio Branco e a política doméstica. *Meridiano 47*, 20: e20002, 2019. <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20002>
- Ferreira, Gabriela Nunes. (Barão do) Rio Branco, entre a Monarquia e a República. *Meridiano 47*, 20: e20003, 2019. <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20003>;
- Franchini Neto, Helio. Realpolitik e o instrumento militar na vida e na obra do Barão do Rio Branco. *Meridiano 47*, 20: e20004, 2019. <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20004>;
- Heinsfeld, Adelar. *A Geopolítica do Barão: as ações de Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Curitiba: Prismas, 2015.
- Lins, Álvaro. *Rio-Branco (o Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1996.
- Pontes, Kassius Diniz da Silva . Fracasso Relativo? A política de Rio Branco para os Estados Unidos. *Meridiano 47*, 20: e20005, 2019. <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20005>;
- Santorio, Maurício. Rio Branco, jornalista. *Meridiano 47*, 20: e20006, 2019. <http://dx.doi.org/10.20889/M47e20006>;
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *O Dia em que Adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 560p;
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: UNESP, 2012a.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. “O barão do Rio Branco e a Imprensa”. *Revista Brasileira*, vol. VIII-I, nº 72, p. 135-168, 2012b.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Viana Filho, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8ª edição. São Paulo e Salvador: UNESP e EDUFBA, 2008.